

## EDITORIAL

É sabido que mudanças significadas veem ocorrendo nas práticas contábeis brasileiras, na última década, com impactos relevantes na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Estas mudanças também estão acontecendo no setor público. Desde 2008, o Conselho Federal de Contabilidade, órgão responsável pela edição de normas contábeis no País, mantém um Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (GA - Área Pública), com a missão de estudar a contabilidade do setor público, sendo responsável pela elaboração das onze NBC TSPs inspiradas nas normas internacionais. No presente momento este grupo dará andamento ao processo de conversão das normas brasileiras aplicadas ao setor público.

Imagina-se também que tais mudanças tragam desafios às discussões sobre o perfil, competências e as habilidades do profissional de contabilidade. Todavia, será que estes temas estão na agenda das Instituições de Ensino Superior. Estas alterações são percebidas pelos atores da Contabilidade? Em sintonia com este debate, a RC-UFBA sempre em suas edições traz pesquisas para fortalecer as discussões e contribuir com a formação do profissional de contabilidade.

Nesse sentido, esta edição é aberta com o artigo Depreciação no Setor Público: uma Análise da Evolução da Evidenciação Contábil nos Órgãos da Administração Pública do Estado do Amazonas, assinado por Luciene Lima da Silva, Clilson Castro Viana e Mariomar de Sales Lima. O artigo relata a pesquisa que examinou a evolução na evidenciação da contabilização da depreciação dos bens móveis e imóveis pertencentes aos órgãos que compõem a Administração Pública do Estado do Amazonas, nos exercícios de 2012 a 2014, encontrando que a quantidade de entidades que evidenciam valores relacionados à depreciação representa menos de 50% do número de unidades ativas nos três exercícios. Também há um nível insatisfatório de atendimento ao disposto na NBC T SP 16.9, e da Lei nº 4.320/64 e LRF, bem como demonstra a afetação ocorrida na transparência do correto uso dos bens públicos.

O segundo artigo, com o título Práticas governança em Organizações Sociais de Saúde no estado do Rio de Janeiro e autoria de Bernard Mothé Mattos, Fernanda Filgueiras Sauerbronn e Claudia Ferreira Cruz, apresenta a investigação das práticas de gestão das Organizações Sociais de Saúde [OSS], do Estado do Rio de Janeiro, à luz das recomendações do Estudo 13 do PSC/IFAC. Por meio de um questionário aplicado junto aos profissionais de gestão das OSS e aos servidores da Secretaria de Estado de Saúde [SES], identificaram as diferenças nas percepções dos dois grupos. Os profissionais das OSS percebem satisfatoriamente as práticas de governança, discordando dos servidores da SES em diversas dimensões de análise.

As pesquisadoras Taiane Ebert Couto e Marcia Rosane Frey assinam o terceiro artigo, intitulado “Análise da Evidenciação da Sustentabilidade pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público Municipal”, que analisaram como vem sendo evidenciada a sustentabilidade pela contabilidade aplicada ao setor público municipal por meio dos relatórios contábeis. Identificaram várias ações dos governos municipais nas dimensões social e ambiental, no entanto, na análise dos indicadores de sustentabilidade apenas quatro prefeituras estão informando parcialmente estes indicadores na plataforma do PCS.

Enquanto os três primeiros artigos são pesquisas na área pública, os demais artigos apresentam temas relacionados a com o terceiro pilar da contabilidade que é a evidenciação. A

pesquisa do artigo, “Utilização da PECLD Para Gerenciamento De Resultados Em Empresas Listadas Na Bm&Fbovespa”, assinada por: Evandro de Nez, Vanderlei Gollo, Ines Liani Menzel Warken e Roberto Carlos Klann, objetivou verificar a influência da utilização da PECLD na prática de gerenciamento de resultados em empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. Assim, a partir do presente estudo foi possível concluir que apesar dos indícios da existência de gerenciamento de resultados a partir da PECLD, estes não podem ser confirmados por meio do modelo usado na pesquisa.

Uma discussão sobre o nível de divulgação dos ajustes de avaliação patrimonial por meio da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), bem como os efeitos desse resultado na rentabilidade de empresas do setor de metalurgia e siderurgia pertencentes a BM&FBOVESPA, entre 2010 e 2016 é apresentada no quinto artigo, com autoria de Ana Carolina Colares, Cássia de Oliveira Ferreira e Patrícia Mattar. O sexto artigo, assinado por Fernanda Fernandes Maceira, Eduardo Felicíssimo Lyrio e Sidmar Roberto Vieira Almeida, traz um estudo sobre como as informações dos relatórios contábeis-financeiros podem auxiliar no entendimento da DVA, do ponto de vista do usuário externo, em atendimento ao Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório contábil-financeiro (CPC 00 R1, 2011) e Pronunciamento Técnico – Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09, 2008).

Os pesquisadores Itzhak David Simão Kaveski, Antonio Maria da Silva Carpes, Thais Maximino Moraes, Marcus Vinicius Moreira Zittei assinam o sétimo artigo “Fatores determinantes do pagamento de dividendos de empresas listadas na BM&FBOVESPA”. Esta pesquisa teve a finalidade de estudar os fatores que determinam a decisão de pagar dividendos de empresas listadas na BM&FBovespa. Os resultados demonstram que no universo das empresas brasileiras, a Alavancagem, Liquidez e Rentabilidade, são os fatores determinantes do pagamento de dividendos de empresas brasileiras listadas BM&FBovespa.

O oitavo artigo traz uma pesquisa sobre o volume de *disclosure* de ações sociais e ambientais divulgadas nos relatórios contábil-financeiro e de sustentabilidade da Samarco S.A. e suas controladoras, após o desastre de Mariana, período de 2014, 2015, sendo assinado por Filipe Barreto Campos, Lucas Mustafá Fonseca, Direle Menezes Martinez, Ismália Carneiro Lima e André Luís Rocha de Souza. Os achados da pesquisa identificaram que a Samarco S.A. apresentou o maior nível de *disclosure* (59,78%) nos relatórios contábil-financeiros, seguida pela Vale (36,42%) e, por último, a BHP Billiton (3,80%). Estes achados podem ser interpretados à luz da teoria da legitimidade, pois, a Samarco S.A., por ser a principal responsável pelo desastre, apresentou um volume de divulgação maior que suas controladoras – Vale e BHP – na busca de atenuar as tensões sociais, midiáticas e governamentais e retomar sua imagem diante a sociedade.

*Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sonia Maria da Silva Gomes*

*Editora Chefe*